

**ACTA**

Aos dezanove dias do mês de Maio do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- INTERVENÇÕES -----**

1 – Vereador José Manuel Antunes – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “O Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, há cerca de quinze dias atrás, proferiu uma sentença condenando a Vimágua a abster-se da cobrança das taxas de ligação dos ramais de água e saneamento aos vimaranenses que residem em Serzedelo e Guardizela. Esta decisão só existe porque os munícipes de Serzedelo e Guardizela, tal como o PSD, consideram exagerados os valores das taxas cobradas pelos ramais. O PSD já desde 2002 que entende e defendeu publicamente a necessidade de baixar as taxas dos ramais em 50%, porque considera o preço exagerado, e esta decisão serve como meio de incentivar as pessoas a ligarem-se à rede pública de água e saneamento e como um contributo para a viabilização económica da VIMAGUA através do aumento do

número de consumidores. Por teimosia e demonstrando não ter qualquer preocupação com a situação social e económica dos vimaranenses, o PS fez orelhas moucas às nossas propostas reiteradas em dois programas eleitorais 2005 e 2009, e contribuiu para a actual situação de litígio com as populações. No caso de perder a acção, os efeitos económico-financeiros sobre a VIMAGUA poderão originar uma situação de **banca rota**, o que implicará um novo estudo (o terceiro) de viabilidade económica, onde nas conclusões estará um mais que esperado **aumento de tarifas**. Os vimaranenses sabem que **o único responsável** por qualquer aumento brutal e inaceitável das tarifas da água e saneamento é o Partido Socialista.”

2 – Vereador José Manuel Torcato Ribeiro

a) – Lamentou não ter sido convidado para uma reunião ocorrida tendo em vista a apresentação da nova centralidade de Pinheiro; **b)** - Mostrou-se preocupado com a escassez de estacionamento automóvel na Avenida Conde Margaride, na sequência da implantação de duas infra-estruturas naquela zona.

3 – Vereador André Coelho Lima – Apresentou o seguinte voto de saudação à instituição Vitória Sport Clube na convicção de que a mesma seria admitida por todos os presentes, e com o intuito de transmitir uma mensagem de incentivo do executivo municipal aos atletas que representarão o Vitória na Final da Taça de Portugal a disputar este domingo: -----

VOTO DE SAUDAÇÃO – “A intrínseca ligação entre a cidade e o concelho de Guimarães e o seu clube mais representativo, é evidente e manifesta, sendo até caracterizadora das nossas gentes. A importância que a instituição Vitória Sport Clube representa para o concelho de Guimarães, espelha-se nas 15.000 pessoas que este domingo se deslocarão ao Estádio do Jamor para acompanhar o Vitória Sport Clube na disputa da Final da Taça de



Portugal. Guimarães projecta-se, entre outros, também através do fenómeno desportivo, sendo inequivocamente um factor de união dos Vimaraneses. Em face do exposto, a Câmara Municipal de Guimarães, reunida aos 19 de Maio de 2011, deseja endereçar publicamente, à instituição Vitória Sport Clube e a todos os seus associados e simpatizantes, os votos dos maiores sucessos na disputa da Final da Taça de Portugal, manifestando o desejo de que possa o Vitória sair vencedor desse encontro, projectando a instituição Vitória Sport Clube, e projectando por essa via Guimarães.” -----

O Presidente da Câmara entendeu que, nesta fase, não deveria ser votada tal proposta, admitindo a votação de uma proposta conjunta, que reúna unanimidade, após a realização do evento. Neste contexto, o Vereador André Coelho Lima retirou a proposta, precisamente atenta a circunstância de que a mesma pretendia apenas transmitir uma mensagem de força e incentivo do executivo municipal aos atletas do Vitória, e não da mesma retirar quaisquer conclusões políticas ou outras, pelo que, apercebendo-se da inexistência de unanimidade quanto à relevância da sua apresentação, optou por retirar o voto de saudação precisamente para não permitir que de um tal voto, nesta altura, possam surgir quaisquer consequências ou ser retiradas quaisquer conclusões que não a do simples e sincero apoio ao Vitória Sport Clube. **4 –**

Presidente da Câmara – Sobre as intervenções, esclareceu: **a)** – Quanto à apresentação ocorrida na freguesia de Pinheiro explicou que tal reunião não tinha sido promovida pela Câmara Municipal, nem tinha sequer sido recebido qualquer convite. Acrescentou, a este respeito, que qualquer evento que envolva a Câmara Municipal, todos os Vereadores, sem excepção, estão convidados. Informou, a propósito, que a freguesia de Abação pretende

também promover um evento similar; **b)** – Disse que tanto a Plataforma das Artes como a unidade hoteleira prevista para aquela zona têm estacionamento previsto; **c)** – Sobre a questão da VIMÁGUA disse que tinha solicitado a presença do Presidente do Conselho de Administração da VIMÁGUA, Armindo Costa e Silva, a quem passou a palavra. -----

O Presidente do Conselho de Administração da VIMÁGUA adiantou que a empresa intermunicipal está tranquila quanto ao andamento deste processo, assinalando que a sentença não transitou em julgado e que a VIMÁGUA irá apresentar recurso, sublinhando que o preceito que consta do regulamento dos termos públicos de abastecimento de águas foi aprovado pelas Câmaras e Assembleias Municipais, após ampla discussão pública e parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR), não havendo qualquer reparo quanto aos ramais. Quanto à cobrança da instalação desses equipamentos que permitem garantir o serviço prestado pela VIMÁGUA, o Presidente do Conselho de Administração acrescentou que um parecer da referida Entidade Reguladora é claro a assinalar que é lícita a cobrança individualizada do preço dos ramais, advertindo que as diferentes entidades gestoras existentes no país têm situações díspares. Disse, ainda, que a cobrança individualizada do ramal não é uma norma exclusiva da VIMÁGUA, sendo praticada em outros municípios, apontando como exemplos Braga, Fafe, Coimbra e Viseu. Concluindo, anunciou o recurso da decisão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga que declarou ilegal a cobrança da instalação dos ramais nas freguesias de Serzedelo e Guardizela, na sequência de uma acção apresentada pela Associação de Consumidores de Portugal. -----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----



O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Do ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses dando conhecimento que, perante a actual conjuntura nacional, e em nome do rigor, informou a Estradas de Portugal, SA que os Municípios irão deixar de suportar os custos com a energia necessária, quer para o funcionamento de pontos de iluminação de estradas da rede nacional, quer para o funcionamento de alguma sinalização semafórica; **2** – De um Comunicado da Associação Nacional de Municípios Portugueses contra a proposta para redução dos Municípios tal como consta na proposta de Memorando de Entendimento apresentado pela *Troika*, entendendo que a mesma deve ser reponderada. **3** – De uma informação do Balcão Multiserviços de Guimarães referindo um aumento significativo no número de utentes no 1.º trimestre deste ano relativamente ao ano anterior. **4** – Deu conhecimento do programa provisório das comemorações do 24 de Junho – Dia Um de Portugal. **5** – Na sequência das recomendações feitas na moção aprovada pelo Conselho Geral da Fundação Cidade de Guimarães, em 29 de Março último, disse ter reunido com um grupo de cidadãos ligados à vida cultural de Guimarães para recolher contributos sobre a situação do projecto da Capital Europeia da Cultura, acrescentando que precisou de auscultar o pensamento de quem há muitos anos trabalha no sector cultural vimaranense, agradecendo o contributo que lhe permitiu conhecer a existência de um pensamento diversificado. Assinalou, ainda, que manteve contactos com os responsáveis da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, entidade responsável pela aprovação dos projectos, com a Ministra da Cultura, Gabriela Canavilhas, e com o Presidente do Conselho Geral, Jorge Sampaio. De seguida, disse ter reunido com a Administração da Fundação

Cidade de Guimarães onde teve oportunidade de se inteirar do ponto de situação sobre o que está a ser feito para que sejam cumpridas as recomendações expressas na moção do Conselho Geral. -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA DA FEIRA RETALHISTA DE GUIMARÃES –

Presente a seguinte informação da Chefe de Divisão de Serviços Urbanos: "**1. Objecto:** Serviço de Vigilância e Segurança da Feira Retalhista de Guimarães às sextas-feiras. **2. Considerandos:** A execução das tarefas associadas aos serviços que pretendem contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em Serviços de Vigilância e Segurança. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração (ou renovação) do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto de contrato é a prestação serviços de vigilância e segurança da Feira Retalhista de Guimarães. b) A despesa até ao final do ano estima-se em 17.000€, acrescido de IVA à taxa legal



em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental no ano 2011.
d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo com consulta a três fornecedores.” **DELIBERADO APROVAR POR UINANIMIDADE.** -----

PROTOCOLOS – PROTOCOLO COM O EXÉRCITO PORTUGUÊS – FORMAÇÃO DE AGENTES MUNICIPAIS – Presente a seguinte

proposta do Vereador José Augusto Araújo: “1. No âmbito de procedimento concursal aberto por aviso publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 58 de 24 de Março de 2010, foram admitidos 20 candidatos a estágio para agentes de Polícia Municipal. Este estágio comporta uma componente de formação a ministrar na Fundação CEFA, em Coimbra, conforme previsto no art. 12.º do Decreto-Lei n.º 39/2000, de 17 de Março, com início previsto para 1 de Junho próximo e termo em 18 de Novembro de 2011. 2. Constituindo encargo do Município assegurar a frequência do estágio pelos candidatos admitidos, depois de analisadas diversas hipóteses em termos de alojamento e alimentação dos candidatos, foi consultado o Exército Português, através da Brigada de Intervenção de Coimbra, que disponibiliza o necessário apoio logístico, através de alojamento e fornecimento de refeições aos formandos, nas condições anexas. 3. Consideradas as condições apresentadas, economicamente mais vantajosas para o Município do que o pagamento de ajudas de custo ou a contratação de serviços em unidades de alojamento hoteleiro ou similar, e considerando que, nos termos do disposto na al. h) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, compete à Câmara deliberar sobre a colaboração em projectos ou programas de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central, propõe-se a aprovação do

protocolo de colaboração em anexo.” O Protocolo de Colaboração dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UINANIMIDADE. - FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS – FORNECIMENTO DE 1.300.000 LITROS DE GASÓLEO – CONCURSO PÚBLICO N.º 1/11 – ADJUDICAÇÃO** – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, em anexo, propondo que o respectivo fornecimento seja adjudicado ao concorrente “Petróleos de Portugal – Petrogal, SA” pelo preço de €1.374.100,00 (um milhão trezentos e setenta e quatro mil e cem euros) + IVA. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

Pelas 10:50 ausentou-se a Vereadora Francisca Abreu. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

I – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 12 de Maio de 2011, que concordou com a seguinte informação dos Serviços da Divisão de Património Municipal: **“ESCOLA EB1 DO CRUZEIRO, FREGUESIA DE CALVOS – USUCAPIÃO (PROC.º RP/19/86)** – O Município é proprietário do prédio abaixo identificado, destinado ao funcionamento da escola EB1 da freguesia de Calvos: Prédio urbano situado no Lugar do Cruzeiro, da freguesia de Calvos, com a área total de 2.110,00m² inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 110, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida pela 2ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães em 12 de Maio de 2011, com o valor patrimonial actual de €6.794,03. Apesar da inexistência de documento legal que comprove a propriedade do referido imóvel, há mais de 50 anos que o



Município de Guimarães tem vindo, ininterruptamente, a utilizar e a fruir o prédio onde são leccionadas aulas do 1º ciclo do ensino básico, tendo, ao longo dos tempos, efectuado obras de conservação e de reparação, bem como operações de limpeza, administrando-o por isso com ânimo de quem exerce o direito de propriedade sobre coisa própria, exercendo assim uma posse pública porque à vista e com conhecimento de toda a gente, sem oposição de quem quer que seja. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição do indicado prédio por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal que lhe permita efectuar os respectivos registos na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior.”

II – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 29 de Abril de 2011, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “HASTA PÚBLICA nº 1/2011 – VENDA DE 8 TERRENOS DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO – Serve a presente para informar que no passado dia 18 de Abril, pelas 10 horas, decorreu no Auditório da Biblioteca Municipal Raul Brandão, o acto público da venda em hasta pública de oito terrenos do domínio privado do Município, conforme deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 10 de Março de 2011, tendo sido lavrada a respectiva acta, que se anexa. A praça ficou deserta em virtude de não terem sido recebidas propostas escritas dentro do prazo estipulado no Programa da Hasta Pública e pelo facto de os interessados presentes não terem licitado. Assim, deverá o assunto ser submetido a conhecimento da reunião de Câmara, designadamente quanto ao resultado da presente hasta pública. À consideração superior.” A referida acta dá-se aqui por reproduzida

e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **III** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 12 de Maio de 2011, que concordou com a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: **"VIA DE ACESSO AO CENTRO ESCOLAR DE URGEZES – CONTA FINAL** – 1 – Por despacho do Vereador com poderes subdelegados, Domingos Bragança, datado de 31 de Agosto de 2010, foi a empreitada em titulo adjudicada à empresa M. Couto Alves S.A., pelo valor de €192.957,25 + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €186.122,55 + IVA. 3 - Consta-se a existência de Trabalhos a Menos, pelo facto de esses trabalhos terem sido previamente executados no âmbito da empreitada "Centro Escolar de Urgez", no valor de 6.834,70€ + IVA, correspondendo a 3,54% do valor da adjudicação, conforme informação em anexo (Doc.1). 4 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de €186.122,55 + IVA, correspondente aos Autos de Medição no valor de €107.006,04 + IVA e do Auto final no valor de €79.116,51 + IVA. 5 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 6 - Se for caso disso, poderão estes montantes ser objecto de revisão, nos termos do art.º 1º do DL nº6/2004, de 6 de Janeiro, logo que se encontrem publicados no Diário da República os respectivos índices definitivos de revisão de preços. 7 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda não foram publicados os índices definitivos. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é Zero. 8 - Para cumprimento do disposto no artº399º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 9 - De acordo com o nº1 do artº401º do mesmo diploma, será enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou



deduzir sua reclamação fundamentada.” **IV** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 12 de Maio de 2011, que concordou com a seguinte informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais: **“REQUALIFICAÇÃO DA E.N. 207-4 DE AZURÉM A S. TORCATO – CONTA FINAL – 1** – Por despacho do Vereador com poderes subdelegados, Domingos Bragança, datado de 24 de Agosto de 2010, foi a empreitada em título adjudicada à empresa Cândido José Rodrigues, S.A., pelo valor de €295.777,35 + IVA. 2 - O valor final dos trabalhos é de €273.846,71 + IVA. 3 - Nesta empreitada, verificou-se a existência de €21.930,64 + IVA de Trabalhos a Menos, correspondendo a trabalhos que não foram executados, por não terem sido esgotadas as quantidades previstas em projecto. Estes trabalhos a menos correspondem a uma percentagem de 7,4 %. 4 - Todos os preços dos vários trabalhos que compõem a presente empreitada estão contratualizados. 5 - Neste momento não se pode efectuar a Revisão de Preços definitiva, pois ainda só foram publicados os índices definitivos até Dezembro de 2010. O valor da Revisão de Preços com índices provisórios é de (-) 2.916,21€+ IVA. 6 - Assim, fica à consideração superior a aprovação desta conta final no valor de 270.930,50€ + IVA, sendo que 273.846,71€ + IVA de trabalhos contratuais e (-) 2.916,21 €+ IVA da revisão de preços provisória, o Auto final no valor de 16.334,57 € + IVA e correspondente Auto de Revisão Preço no valor de (-) 2.916,21€ + IVA. 7 - Para cumprimento do disposto no art.º399.º do Decreto-Lei 18/08 de 29 de Janeiro foi elaborada a Conta Final dentro do prazo nele estabelecido. 8 - De acordo com o n.º1 do art.º 401.º do mesmo diploma, será enviada a Conta Final ao adjudicatário, tendo este um prazo de 15 dias para a assinar ou deduzir sua reclamação fundamentada.”; **V** – Dos ofícios da

Assembleia Municipal números 34 a 41, datados de 2 de Maio de 2011, que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 29 de Abril, das seguintes propostas: **a)** – “Revogação das posturas de trânsito associadas à realização da Feira Semanal no Campo de S. Mamede – alteração do local da realização da feira”; **b)** – “Alteração de trânsito na Rua do Barroco – freguesia de Gondar”; **c)** – “Taxas Municipais – Taxas a cobrar pelos Certificados de Registo de Cidadão Europeu”; **d)** – “Transformação da Grande Área Metropolitana do Minho (Ex-GAAM) em Associação de Municípios de Fins Específicos do Minho e proposta de alteração dos Estatutos”; **e)** – “Regulamento do Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência”; **f)** – “Participação do Município de Guimarães no Concurso EUROPAN para o ano de 2012”; **g)** – “Eco-Ave, CIPRL – Dissolução e aquisição, pela Câmara Municipal de Guimarães, das acções da Eco-Ave na Vimágua”; **h)** – “Relatório e Contas do Município de Guimarães – Ano de 2010”; **i)** – “Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em Liquidação, Ano de 2010.” **VI** – Da seguinte informação do Vereador Domingos Bragança: **“MUNICÍPIO DE GUIMARÃES IMPLEMENTA MEDIDAS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – RACIONALIZAR E REDUZIR CONSUMOS, PROCURAR ALTERNATIVAS RENOVÁVEIS – RACIONALIZAR E REDUZIR CONSUMOS, PROCURAR ALTERNATIVAS RENOVÁVEIS** - A adopção de medidas que favoreçam a eficiência energética encontra justificação na necessidade, ditada por razões ambientais e económicas, de reduzir o consumo de energia, procurar fontes alternativas renováveis e racionalizar a forma como a consumimos e utilizamos. Dito de outro modo trata-se, não apenas de reduzir a factura energética, um objectivo relevante em termos económicos,



mas igualmente de procurar reduzir o impacto ambiental da energia, através da redução do consumo de combustíveis fósseis e, por essa via, das emissões de CO₂. Às vantagens já enumeradas, acrescenta-se, em termos nacionais, a diminuição da dependência relativamente a recursos energéticos de que não dispomos e que representam um peso muito significativo na nossa balança comercial. Num contexto nacional de forte restrição financeira com reflexos evidentes ao nível das autarquias, o Município de Guimarães propõe-se aprofundar as medidas que, neste domínio, vêm sendo implementadas desde há alguns anos e apostar em novas medidas que concorram para o objectivo enunciado: racionalizar e reduzir consumos, procurar fontes alternativas renováveis. **GUIMARÃES ACOLHE O ENCONTRO ANUAL DA "ENERGY CITIES" EM 2012** – Desde a nossa adesão, em 2007, a nossa participação na Energy Cities tem-se revelado um contributo muito importante, tanto para a completa percepção dos problemas colocados pela energia consumida pelas cidades à escala europeia, como pelo conhecimento das soluções que cidades de diversas dimensões estão a adoptar, procurando a sustentabilidade económica, energética e ambiental. Actualmente presidida pela cidade alemã de Heidelberg, esta associação europeia reúne mais de 1.000 autoridades locais de 30 países, dispostas a "inventar" o seu futuro energético e ambiental, prossequindo os seguintes objectivos: - Reforçar o seu papel e competências no domínio da energia sustentável; - Representar os seus interesses e influenciar as políticas e propostas apresentadas pelas instituições da União Europeia nos domínios da energia, protecção ambiental e política urbana; - Desenvolver e promover as suas iniciativas através da troca de experiências, transferência de know-how e implementação de projectos conjuntos. Na última

edição, realizada em Zagreb, Guimarães foi escolhida para acolher o próximo Encontro Anual da Energy Cities, que terá lugar no Centro Cultural Vila Flor, de 9 a 11 de Maio de 2012, com uma participação estimada de 250 especialistas e representantes dos membros da Associação. Por outro lado, a Câmara Municipal de Guimarães está apostada em reunir as condições que lhe permitam participar no Pacto de Autarcas da Energy Cities: um compromisso com medidas concretas tendentes a reduzir as emissões de CO₂, promovendo a utilização de fontes renováveis de energia e a eficiência energética na iluminação e nos edifícios públicos.

PLANO DE SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA E AMBIENTAL DE GUIMARÃES – Pelo carácter transversal e prospectivo da sua abordagem, a primeira medida que anunciamos é a elaboração de um plano de sustentabilidade energética e ambiental do Concelho, essencial para que possamos participar no citado Pacto de Autarcas. A partir da caracterização energética do concelho, o Plano propõe-se identificar prioridades de intervenção, preconizar soluções a implementar e fixar metas a atingir, na prossecução dos princípios subjacentes ao Pacto. A consciência política e o conhecimento actuais ditam, contudo, que se implementem desde já medidas concretas de redução e racionalização da energia que consumimos e de aumento da geração de energia a partir de fontes renováveis e não poluentes.

REDUZIR OS GRANDES CONSUMOS EXISTENTES, RACIONALIZAR OS NOVOS – A iluminação pública (IP) representa cerca de 4% das despesas correntes anuais do Município, cifrando-se em cerca de €2.000.000,00. Qualquer redução no consumo de energia destinada a iluminação pública pode, assim, representar uma poupança significativa quer na despesa, quer no impacto ambiental gerado por aqueles



consumos. A Câmara Municipal de Guimarães acolheu com entusiasmo e determinação o desafio do reordenamento do parque escolar, através da construção de **centros escolares** dotados de excelentes condições físicas para o ensino / aprendizagem. Sucede que os novos edifícios públicos, nos quais se incluem as escolas, estão obrigados a respeitar exigências regulamentares nas áreas da qualidade do ar interior e comportamento térmico dos edifícios, que, para serem observadas, implicam a instalação de equipamentos de AVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado) que originam consumos energéticos muito elevados e, por consequência, um aumento exponencial do custo com energia gerado por cada edifício escolar. Assim, estes são os domínios nos quais serão de imediato implementadas medidas conducentes à racionalização e redução do consumo energético.

MEDIDAS A ADOPTAR NA ILUMINAÇÃO PÚBLICA – Nas zonas urbanas (com redes de IP trifasada) – Foi recentemente aprovada uma candidatura apresentada pela Autarquia em sede do QREN para instalação de reguladores de fluxo luminoso nos PT (postos de transformação) que alimentam a rede de iluminação pública, que atingiu o montante máximo de investimento elegível: €500.000,00. Não sendo suficiente para equipar todos os PT do Concelho, foram seleccionados os PT que registam maiores consumos para a instalação destes reguladores, com um financiamento a fundo perdido de 80%. Em termos práticos, estes reguladores permitem programar e gerir os consumos gerados pela iluminação pública: a partir da 01h00, a intensidade da iluminação de cada poste diminui em 30%. **Estima-se que a entrada em funcionamento destes equipamentos origine uma redução de 35% no consumo dos PT onde venham a ser instalados, o que representa uma**

redução de 10% na despesa total com iluminação pública.

Uma vez assinado o contrato de financiamento, a aquisição e instalação destes equipamentos será realizada por concurso público, pelo que esta redução poderia ainda tardar entre 4 a 6 meses até poder ser implementada. Deste modo, nas zonas cobertas por redes de IP trifasadas – as zonas urbanas –, e até à entrada em funcionamento destes reguladores, serão de imediato implementadas as seguintes medidas de poupança energética: - a partir das 00h00, será desligado um em cada dois postes de iluminação; - a partir das 02h00, serão desligados dois em cada três postes de iluminação. Quando instalados, os reguladores de fluxo energético permitirão que todos os postes se mantenham ligados, mas com uma intensidade luminosa reduzida a partir da 01h00. **Nas restantes zonas (com redes de IP monofásicas)**

– A questão torna-se bastante mais complexa no caso dos PT instalados em áreas rurais que, por não disporem de alimentação trifásica, obrigam, para a implementação de uma medida semelhante, a uma intervenção em cada um dos postes que se pretenda desligar (um em cada dois), para que fosse retirada ou desligada a respectiva lâmpada. A operação é de tal modo exigente do ponto de vista logístico que encarámos a possibilidade de manter todos os postes de iluminação operacionais, desligando-os a partir de uma certa hora. Contudo, os problemas de segurança e coesão que uma tal medida implicaria conduziram à escolha final da primeira destas opções: será concertada com a EDP uma intervenção nestas áreas de molde a desligar um em cada dois postes de iluminação pública. **Nas novas urbanizações**

- As medidas anteriormente enunciadas são evitáveis no caso das novas urbanizações, que ficarão sujeitas a novas exigências regulamentares para a sua aprovação visando a instalação, nas



luminárias de iluminação pública, de reatâncias de duplo enrolamento pré-programadas. Estas reatâncias permitem que, ao cabo de um número de horas a programar, e sem qualquer outra intervenção, as luminárias reduzam o seu fluxo luminoso em 40%.

Este conjunto de medidas de racionalização de consumos na iluminação pública permitirão uma redução global na factura energética que poderá ascender aos 40%.

A ADOPTAR NOS NOVOS CENTROS ESCOLARES E OUTROS EDIFÍCIOS PÚBLICOS

- Como já referimos, as exigências regulamentares nas áreas da qualidade do ar interior e comportamento térmico dos edifícios ditaram a instalação de equipamentos de AVAC cujos custos de manutenção e exploração representam um enorme desafio em termos de sustentabilidade económica e ambiental. Tratando-se de uma rede em construção, e começando já pelo Centro Escolar de Urgeses, propomo-nos instalar nos novos centros escolares e nos novos edifícios municipais dotados de equipamentos de AVAC sistemas de **Gestão Técnica Centralizada**, permitindo: - regular temperaturas, consumos e horários de funcionamento; - criar um sistema de telegestão dos diversos edifícios; - monitorizar avarias e necessidades de manutenção. A partir do momento em que seja possível implementar a monitorização dos diversos sistemas, a Câmara Municipal de Guimarães propõe-se instituir um prémio aos agrupamentos de escolas que se distingam como modelos na área da sustentabilidade energética e ambiental. **Estima-se que a**

instalação destes sistemas de Gestão Técnica Centralizada conduza à redução em 30% do consumo energético dos diversos edifícios.

MEDIDAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA - O quadro legal actual apenas permite aos privados e aos municípios a possibilidade de instalarem sistemas de microgeração, limitados

a produções de 3,9 Kw. É uma limitação que coloca problemas de viabilidade económica que desencorajam a sua proliferação e reduzem a sua capacidade de retorno financeiro. Os seis edifícios escolares já equipados com sistemas de microgeração (painéis foto-voltaicos) apresentam resultados interessantes na medida em que a montagem financeira preconizada pressupõe condições inovadoras que não oneraram o investimento realizado na construção dos edifícios. A possibilidade recentemente criada de instalar de sistemas de minigeração (até 150 Kw) constituirá, pela experiência que temos, uma solução bastante mais interessante e viável do ponto de vista económico, com resultados substancialmente diferentes em matéria de sustentabilidade ambiental. Assim, propomo-nos continuar a implementar, desde que de modo sustentável, a instalação de sistemas de microgeração mas, tão rapidamente quanto possível, evoluir para sistemas de minigeração. **UMA ESTRATÉGIA DE FUTURO** – Em matéria ambiental, a estratégia do Município de Guimarães assenta em critérios de sustentabilidade que conduziram à recuperação de parques e jardins e à preservação de ecossistemas. Por outro lado, foram e continuam a ser adoptadas medidas de eficiência energética em edifícios e iluminação pública, e implementados sistemas de produção de energia por fontes renováveis. Guimarães tem igualmente em curso uma forte aposta na mobilidade eléctrica, estando neste momento a ser implementada a rede de postos de abastecimento, indispensável a que, a médio prazo, uma percentagem significativa dos meios de transporte utilizados na cidade utilize a electricidade como fonte energética. Simultaneamente, estamos apostados em que uma parte importante dessa electricidade seja gerada a partir de fontes renováveis, entre as quais se incluem, desde já, a solar



fotovoltaica e, a prazo, a hidráulica e a eólica. Assim, Guimarães identifica-se plenamente com os objectivos e linhas de acção definidas pelas Cidades e organizações pertencentes à Energy-Cities, consciente de que a sustentabilidade energética das cidades será, a muito breve trecho, um factor decisivo para a preservação ambiental e para a viabilidade económica dos países desenvolvidos que se queiram manter competitivos.” -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

CÂMARA – ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

OBRAS PÚBLICAS – AMPLIAÇÃO DA EB1 E JARDIM-DE-INFÂNCIA DE BARCO – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – Presente, para aprovação, a minuta do contrato de empreitada da obra em epígrafe, adjudicada por deliberação de Câmara de 21 de Abril de 2011 a “Costeira Empreiteiros – Sociedade de Construções, SA”, pelo valor de €1.288.063,25 (um milhão duzentos e oitenta e oito mil sessenta e três euros e vinte e cinco cêntimos) + IVA. A minuta do contrato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – PAVILHÃO DA EB 2,3 DE FERMENTÕES – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO – Presente, para aprovação, a minuta do contrato de empreitada da obra em epígrafe, adjudicada por deliberação de Câmara de 21 de Abril de 2011 a “NVE – Engenharia, Limitada”, pelo valor de €1.257.532,14 (um milhão duzentos e cinquenta e sete mil quinhentos e trinta e dois euros e catorze cêntimos) + IVA. A minuta do contrato dá-se

aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA ZONA DE COUROS – CAMPURBIS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS

– Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de Maio de 2011, que aprovou a repartição de encargos da obra em epígrafe, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2011 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de 1.700.000€ destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.4.2.14. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “**M. Couto Alves, SA**” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 13 de Maio de 2011, pelo preço de **3.095.012,12€ + IVA**, e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: Ano de 2011 – 2.402.158,49€ + IVA = 2.546.288,00€; Ano de 2012 – 692.853,63€ + IVA = 734.424,85€”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA ZONA DE COUROS – CAMPURBIS – ADJUDICAÇÃO

– Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, em anexo, propondo que a empreitada seja adjudicada ao concorrente “M. Couto Alves, S.A.” pelo preço de 3.095.012,12€ (três milhões noventa e cinco mil e doze euros e doze cêntimos) + IVA para um prazo de execução de 300 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



OBRAS PÚBLICAS – PISCINA MUNICIPAL DE MOREIRA DE CÓNEGOS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 16 de Maio de 2011, que aprovou a repartição de encargos da obra em epígrafe, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2011 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de 1.300.000€ destinada a suportar a despesa, com a rubrica 2.5.2.0801. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa “**Alexandre Barbosa Borges, S.A.**” conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 13/05/2011, pelo preço de **1.648.896,47€ + IVA**, e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: Ano de 2011 = 1.118.005,64€ + IVA = 1.185.085,98€; Ano de 2012 = 530.890,83€ + IVA = 562.744,28€.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -

OBRAS PÚBLICAS – PISCINA MUNICIPAL DE MOREIRA DE CÓNEGOS – ADJUDICAÇÃO – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, em anexo, propondo que a empreitada seja adjudicada ao concorrente “Alexandre Barbosa Borges, S.A.” pelo preço de 1.648.896,47€ (um milhão seiscientos e quarenta e oito mil oitocentos e noventa e seis euros e quarenta e sete cêntimos) + IVA para um prazo de execução de 300 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O relatório final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PATRIMÓNIO – CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE IMÓVEL A FAVOR DO INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP, PARA

INSTALAÇÃO DE PÓLO DE FORMAÇÃO (ACÇÕES DE QUALIFICAÇÃO ESCOLAR E FORMAÇÃO PROFISSIONAL) –

Presente a seguinte proposta: “Em 24 de Abril de 2009 o Município de Guimarães celebrou com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP (IEFP, IP) um Protocolo de Cooperação, homologado por Sua Excelência o Secretário de Estado e da Formação Profissional, naquela mesma data e ratificado pela Câmara Municipal por deliberação de 4 de Junho de 2009, que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante (**Doc. 1**). Este Protocolo tem por objecto a implantação e instalação de um Pólo de Formação em Guimarães, a funcionar no âmbito da Estrutura Orgânica do IEFP, IP, com a finalidade de execução de acções de qualificação necessárias e adequadas ao desenvolvimento sustentado, quer do tecido económico, quer das habilitações e competências profissionais da população instalada na zona envolvente. Entre outras obrigações constantes do aludido Protocolo, o Município de Guimarães comprometeu-se a ceder ao IEFP, IP, um espaço considerado adequado, do ponto de vista técnico, para aí se desenvolver a respectiva actividade formativa (cláusula 2ª), por um período inicial de 20 anos, renovável por períodos de 5 anos. Entretanto, e após reuniões realizadas para o efeito, o IEFP, IP, solicitou que o prazo inicial constante daquele Protocolo fosse dilatado para os 30 anos, mantendo-se os períodos de renovação. Na sequência de visitas realizadas com o intuito de avaliar possíveis locais a ceder, concluiu-se que as instalações da denominada ANTIGA FÁBRICA DE CURTUMES, propriedade do Município, situada no quarteirão de Couros, é o espaço indicado para o efeito, dadas as suas características físicas e localização. Deste modo, proponho, nos termos da alínea f), do nº 1, do art.º 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada



pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que a Câmara Municipal aprove doar ao IEF, IP o direito de superfície do prédio sito na Rua de Vila Flor, da freguesia de S. Sebastião, deste concelho, descrito na Segunda Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob os números 311 e 312, daquela freguesia, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo P928, com a área total de 1134 m², correspondendo 917 m² a superfície coberta e 217 m² a logradouro, sendo o valor atribuído ao Direito de Superfície de €140.754,00, nas seguintes condições: 1 – O objecto do direito de superfície é a implantação e instalação de um Pólo de Formação em Guimarães, com a finalidade de execução de acções de qualificação necessárias e adequadas ao desenvolvimento sustentado, quer do tecido económico, quer das habilitações e competências profissionais da população instalada na zona envolvente. 2 – A duração do direito de superfície é de 30 anos inteiros e consecutivos, contados a partir da data de celebração da correspondente escritura, sendo renovável por períodos de 5 anos, desde que, por escrito, qualquer dos outorgantes não o venha a denunciar expressamente; 3 – O Município de Guimarães assumirá a realização de todas as obras, presentes ou futuras, para que ali se possa desenvolver as acções de qualificação pretendidas, previamente acordadas entre ambas as partes, bem como todas as obras de conservação ordinária e extraordinária, caso estas últimas sejam necessárias, tal como vêm definidas na lei especial sobre arrendamento urbano. 4 – O IEF, IP assume a responsabilidade de colocação de todos os equipamentos e demais meios materiais necessários ao desenvolvimento das acções de formação. 5 – Dar-se-á o direito de reversão, com todas as benfeitorias construídas, e sem direito a qualquer indemnização, se se verificar o desvio do fim a que o mesmo se destina, a menos

que o Município previamente o autorize. 6 - Fica vedada a alienação, a favor de terceiros, do direito de superfície constituído. Finalmente, informo que o projecto destinado ao Pólo de Formação (conforme implantação constante da planta anexa (**Doc. 2**) prevê ainda a ocupação de um outro edifício adjacente, com cerca de 140 m², que se encontra em fase de negociação com os respectivos proprietários. Assim, logo que tal processo se encontre concluído, será submetida à aprovação da Câmara Municipal a doação do respectivo direito de superfície.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

MANUAL DE CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS – Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Contabilidade e Tesouraria: “A Lei das Finanças Locais (LFL), Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, prevê, no artigo 46.º, a obrigatoriedade de os Municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local elaborarem contas consolidadas, referindo que os procedimentos contabilísticos para a consolidação são os definidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Todavia, até ao momento, o POCAL ainda não contemplou estes procedimentos contabilísticos. Entretanto, foi publicada a Portaria n.º 474/2010, de 15 de Junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010 - “*Orientação Genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo*”, cujo âmbito de aplicação inclui os municípios. Atendendo às especificidades do subsector das autarquias locais e ao facto de a Lei das Finanças Locais, que claramente prevalece, por força da hierarquia entre as várias normas legais, sobre a Portaria a que aludimos, o SATAPOCAL



(Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL) publicou as instruções que visam articular os regimes previstos na Lei das Finanças Locais, na Portaria e na Orientação n.º 1/2010, bem como ultrapassar algumas lacunas em matérias não previstas naquelas normas, cujo suprimento nos parece essencial para permitir a operacionalização da obrigação de consolidação de contas pelos municípios relativamente ao exercício de 2010. Assim, na sequência da aprovação da referida orientação e instruções do SATAPOCAL, torna-se necessário aprovar o *Manual de Consolidação*, como instrumento orientador e estruturante de apoio ao processo de consolidação de contas do Município, onde estão vertidas as normas e procedimentos a observar no referido processo. Em face do supra exposto, e ao abrigo dos normativos legais supra citados, submete-se à consideração superior o envio para aprovação, em reunião da Câmara Municipal, do Manual de Consolidação referente aos anos de 2010 e 2011 que se anexa como **doc. nº 1.** O Manual de Consolidação de Contas dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS
QUADRILÁTERO URBANO – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS DO
MUNICÍPIO DE GUIMARÃES E ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS**

– Presente a seguinte proposta: “Refere-se a presente informação à denominada rede para a competitividade, inovação e internacionalização “QUADRILÁTERO URBANO” constituída, entre outros, pelo Município de Guimarães. Na sequência do desenvolvimento dos trabalhos inerentes a esta rede, em 19 Maio '10, foi decidido pelo Conselho Executivo do Quadrilátero Urbano, a transferência de verbas dos Municípios para o Quadrilátero Urbano correspondente a parte da percentagem de financiamento

que cabe aos Municípios” após “aprovação em respectivas reuniões de câmara uma vez disponibilizado o orçamento previsional da Associação” (número 3, período da ordem do dia, acta 01/2010, reunião ordinária de 19 Maio '10, Conselho Executivo do Quadrilátero Urbano – anexo 1). Igualmente, verificou-se a necessidade de proceder à alteração dos estatutos da Associação de Municípios de Fins Específicos em causa, alteração essa aprovada pelo Conselho Executivo da Associação em 24 Novembro 2010 e pela respectiva Assembleia Geral em 07 Dezembro do mesmo ano. As alterações produzidas reportam-se:

1 - ao número 3, artigo 1, relativo à sede social da Instituição que passou a ter a seguinte redacção “o Quadrilátero tem sede na rua de Santo António das Travessas, 26, 4700-040, Braga, com a possibilidade da sua deslocação para qualquer uma das outras cidades, por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Executivo”; 2 - ao artigo 28 (relativo ao regime de pessoal da Associação) que passou a ter a seguinte redacção “o Quadrilátero dispõe de um mapa de pessoal próprio, aprovado pela Assembleia Geral sob proposta do Conselho Executivo”. Esta alteração implica a revogação dos pontos 2, 3 e 4 do mesmo artigo dos Estatutos inicialmente aprovados; 3 - ao artigo 30 (em função de se considerar que as Associações de Municípios de Fins Específicos regem-se pelas disposições do direito privado, devendo o regime de contabilidade ser enquadrado pelo Sistema de Normalização Contabilística) que passou a ter a seguinte redacção “a contabilidade do Quadrilátero rege-se pelas regras previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010”. **Assim, e face ao exposto: 1 - verificando-se a disponibilização do orçamento previsional da Associação de Municípios, solicita-se ao Órgão Executivo**



a aprovação da transferência de verbas, no montante global de € 74.136,72 (correspondendo a € 33.684,00 ao ano de 2010 e € 40.542,72 ao ano em curso) para a Associação de Municípios de Fins Específicos QUADRILÁTERO URBANO tal como atrás descrito e disposto na acta da reunião ordinária de 19 Maio '10 do Conselho Executivo do Quadrilátero Urbano (anexo 1); 2 - solicita-se ao Órgão Executivo a aprovação da alteração aos estatutos da **Associação de Municípios de Fins Específicos QUADRILÁTERO URBANO**. Em anexo (anexo 2), junta-se a nova redacção dos mesmos estatutos. Igualmente, e verificando-se a aprovação da alteração aos estatutos atrás descrita, deverá ser solicitada à Assembleia Municipal que delibere a aprovação da mesma alteração (em função do disposto na legislação em vigor e artigo 39 dos estatutos da Associação de Municípios de Fins Específicos QUADRILÁTERO URBANO. Como anexos, junta-se: Anexo 1: a acta da reunião ordinária de 19 Maio '10 do Conselho Executivo do Quadrilátero Urbano; Anexo 2: os novos estatutos da Associação de Municípios de Fins Específicos QUADRILÁTERO URBANO; Anexo 3: os anteriores estatutos da Associação de Municípios de Fins Específicos QUADRILÁTERO URBANO (referentes aos artigos alterados)". Esta despesa tem cabimento na unidade orgânica 01.03 e na unidade económica 04.05.01.04. Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE O PONTO 1 DA PROPOSTA E DELIBERADO POR UNANIMIDADE SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PONTO 2.** -----
PROTÓCOLOS – PROTÓCOLO DE COMPROMISSO – PROGRAMA CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO

SOCIAL – Presente, para ratificação, o Protocolo de Compromisso celebrado entre o Centro Distrital de Braga – Instituto de Segurança Social, IP, a Câmara Municipal de Guimarães e a Fraterna – Centro Comunitário de Solidariedade e Integração Social no passado dia 10 de Maio, estabelecendo os princípios, responsabilidades, direitos e obrigações de cada um dos outorgantes por forma a assegurar a elaboração do Plano de Acção dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social e a formalização dos mesmos, nos termos do programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social. O Protocolo de Compromisso dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ACORDO DE COLABORAÇÃO – CONTRATO DE CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO PIT – PROGRAMA DE INTERVENÇÃO NO TURISMO – LINHA DE APOIO I – TERRITÓRIO, DESTINOS E PRODUTOS TURÍSTICOS – Presente, para

ratificação, o Acordo de Colaboração celebrado entre o Instituto de Turismo de Portugal, I.P. e o Município de Guimarães tendo por objecto a concessão, pelo Turismo de Portugal, IP, em 5 de Maio de 2011, tendo por objecto um incentivo ao Município de Guimarães no montante global máximo de €2.000.000,00, que se anexa. O Acordo de Colaboração dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – REALIZAÇÃO DE TRABALHO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DO TROÇO VIÁRIO ENTRE A EN 101 E A ÁREA CENTRAL DA VILA DE PONTE – Presente a seguinte

informação do Chefe de Divisão de Estudos e Projectos: "1. Objecto: Trata a presente da realização de um trabalho relativo ao



levantamento topográfico do troço viário entre a EN 101 e a área central da Vila de Ponte, no âmbito do projecto da requalificação da área central da freguesia. 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que agora se pretendem contratar requer conhecimentos e formação especializada e experiência em topografia e georreferenciação. Após pedido de informação dirigida ao Departamento de Recursos Humanos verificou-se não existir a possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito, recorrendo ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil, tendo em conta o propósito do trabalho. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de levantamento topográfico, configurando-se o mesmo numa aquisição de serviços, face aos seguintes elementos:

a) O objecto do contrato é a realização do levantamento topográfico na extensão compreendida entre a E.N.101 e a área central da Freguesia em epígrafe, considerando o levantamento de uma faixa adicional ao limite da via de 5m, e o levantamento da envolvente da igreja, no prazo de 15 dias úteis. b) A despesa estima-se em €2500 (dois mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.4.2.07 do plano Plurianual de Investimentos, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante a modalidade que se afigura mais correcta e no presente caso é a de ajuste directo com consulta a uma entidade face à importância que está em questão, tendo para

o efeito sido contactada a empresa PLF Projectos Arq. Eng. Luís Fernandes Unipessoal, Lda. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, conforme documento em anexo.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.03.03.01.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ALUNOS

– Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “**1. Objecto:** Prestação de serviços de transporte de alunos de 17 estabelecimentos de educação e ensino do 1º ciclo.

2. Considerando que: A presente prestação de serviço se destina a assegurar o transporte de alunos que, em resultado do reordenamento da rede escolar, foram integrados em outros estabelecimentos de ensino, e, no período de almoço, daqueles cujas escolas não dispõem de condições para a confecção de refeições ou para a implantação de um serviço de refeições transportadas; Os serviços municipais não dispõem de recursos quer humanos, quer técnicos, para a prestação deste serviço; Se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. **3. Proposta:** Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração



de um contrato de prestação de serviços de transporte de alunos, considerando os seguintes elementos: a) - a despesa para o ano lectivo 2011/2012 estima-se em €570.400,00 (quinhentos e setenta mil e quatrocentos euros), acrescida de IVA à taxa legal em vigor, dos quais €534.750,00 se destinam a transporte escolar e €35.650,00 a transporte no período de almoço. b) - a despesa encontra-se cabimentada nas rubricas 2.1.2.56 e 2.1.2.57, referente a refeitórios escolares de jardins de infância e 1.º CEB e transportes escolares, conforme declarações de cabimento em anexo. c) - o procedimento de formação do contrato será mediante concurso público com publicação no Jornal Oficial da União Europeia, nos termos da alínea b), do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos. d) - a redução prevista no art.º 22.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro será aplicada, se em vigor.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 02.02.10. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PROPOSTA PARA ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO N.º 5/2011 – Presente a seguinte informação do Departamento Financeiro: “Considerando a necessidade e a urgência imperiosa que a prestação de serviços de transporte de alunos, seja assegurada no primeiro dia útil de Setembro de 2011, submete-se para aprovação superior o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, a repartição de encargos e a abertura do presente procedimento, a ratificar pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Prestação de serviços de transporte de alunos – Ano Lectivo 2011/2012; **Preço base:** 570.400,00€ + I.V.A. (6%); **Lote 1 – transporte escolar:**

534.750,00€; **Lote 2 – transporte no período de almoço:** 35.650,00€; **Repartição de encargos:** **Lote 1:** Ano 2011 (Setembro a Dezembro): 192.975,00€; Ano 2012 (Janeiro a Julho): 341.775,00€. **Lote 2:** Ano 2011 (Setembro a Dezembro): 12.865,00€; Ano 2012 (Janeiro a Julho): 22.785,00€.

Classificação económica/Plano: **Lote 1:** 020210/2.1.2.57; **Lote 2:** 020210/2.1.2.56. **Procedimento:** Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado. **Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães. **Júri: Efectivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; **Vogais:** Elsa Maria Ferreira Cordeiro Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; Sónia Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projectos Financeiros; **Vogais Suplentes:** Clara Maria Soares, Técnica Superior; Laura Mina Amaro Paço Quesado, Técnica Superior. Nas suas faltas e impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro.

Propõe-se que os esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões e prorrogações de prazos, sejam delegados no Júri do concurso. O pedido de parecer prévio ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, para autorização da Câmara Municipal, será presente a aprovação pela Divisão de Educação conforme despacho de 13/05/2011. À consideração superior.” O caderno de encargos e o programa de procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

PESSOAL – SIADAP 1 – RATIFICAÇÃO DA AVALIAÇÃO DAS



UNIDADES ORGÂNICAS – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: "1 - Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro, nos Municípios, apenas são sujeitas a avaliação de desempenho as unidades orgânicas que dependem directamente dos membros do órgão executivo; 2 - Cada membro do órgão executivo avalia as unidades orgânicas que superintende, sendo que a avaliação se expressa nas seguintes menções: 3 - Desempenho bom: se atingiu todos os objectivos, superando alguns; 4 - Desempenho satisfatório: se atingiu todos os objectivos ou os mais relevantes; 5 - Desempenho insuficiente: se não atingiu os objectivos mais relevantes. 6 - Compete à Câmara Municipal ratificar as avaliações de desempenho atribuídas pelos membros do órgão executivo às diferentes unidades orgânicas, nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro. 7 - Nos termos da circular emitida pelo Sr. Presidente da Câmara a 10 de Março, os dirigentes remeteram ao membro do órgão executivo de quem dependam o QUAR e respectivo relatório de desempenho, sendo que os membros dos órgão executivo remeteram as avaliações das unidades orgânicas que superintendem (e respectivos documentos de suporte) ao Departamento de Recursos Humanos para efeitos de apresentação à reunião de Câmara. 8 - Assim, submete-se à Câmara Municipal, para efeitos de ratificação, as avaliações apresentadas pelos membros do órgão executivo: Sr. Presidente da Câmara – Dr. António Magalhães: Departamento de Administração Geral (DAG) – Desempenho bom; Departamento de Gestão Urbanística (DGU) – Desempenho bom; Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico (DPPU) – Desempenho bom; Sr. Vereador – Sr. Amadeu Artur Matos Portilha: Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente (DSUA) –

Desempenho bom; Sr. Vereador – Dr. César Manuel de Castro Machado: Departamento de Fiscalização, Contencioso e Polícia Municipal (DFCPM) – Desempenho bom; Sr. Vereador – Dr. Domingos Bragança Salgado: Departamento Financeiro (DF) – Desempenho bom; Departamento de Obras Municipais (DOM) – Desempenho bom; Sra. Vereadora – Dr.^a Francisca Maria da Costa Abreu: Departamento de Acção Social e Cultural (DASC) – Desempenho satisfatório; Divisão de Biblioteca e Documentação (DBD) – Desempenho satisfatório; Divisão de Arquivos (DA) – Desempenho bom; Sr. Vereador – Dr. José Augusto Ferreira Araújo: Departamento de Recursos Humanos e Sistemas de Informação (DRHSI) – Desempenho bom.” Os Quadros de Avaliação e Responsabilização das unidades orgânica dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Esta modalidade de avaliação das unidades orgânicas da Câmara Municipal, através do SIADAP e usando como método de monitorização de objectivos o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), não sendo ainda obrigatória para a administração local, é salutar a sua introdução da Câmara Municipal de Guimarães. Acresce ainda que a circunstância de ser um primeiro ano em que as mesmas são realizadas, deve conduzir a que sejam relevados alguns dos lapsos decorrentes da adaptação a este novo sistema de avaliação. Cumpre no entanto chamar atenção para algumas circunstâncias, o que deve ser entendido como um contributo do PSD para que um sistema de avaliação sirva efectivamente para avaliar. As avaliações, em



quaisquer serviços, são importantes e imprescindíveis, mas devem ser vistas como formas de obtenção e prossecução da melhoria contínua, e não como mero expediente de cumprimento de obrigações legais. Assim, nas unidades orgânicas avaliadas de acordo com este sistema, cumpre alertar para algumas situações que poderão descredibilizar o resultado de avaliação pretendido. Alguns exemplos: **1 - Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente (DSUA)** – No objectivo 4 está dito que deve o serviço *“garantir o registo de assiduidade automático nos serviços em falta, menos que 30 dias após a instalação do aparelho biométrico”*, ou seja, o objectivo 4 deste departamento atinge-se se conseguir esta instalação em período inferior a 30 dias. Ora, se verificarmos o índice de superação, podemos constatar que se considera superado este objectivo (não meramente atingido, mas superado), se for em período inferior a 30 dias (« 30), o que não deixa de ser estranho, que o objectivo diga que deve ser em menos de 30 dias, e ele se considere, não meramente atingido mas superado, se o for em menos de 30 dias. **2 - Divisão de Biblioteca e Documentação (DBD)** – No objectivo 3 está inscrito *“assegurar o cumprimento do plano de actividades previsto no âmbito das comemorações do centenário da Implantação da República e das comemorações do Dia da Europa”*, no entanto, logo a seguir, diz-se que a meta para 2010 é atingir 25% deste objectivo, e ainda que o objectivo se considera superado se for cumprido 40% do programa...Como se justifica isto? Isto quer dizer que se o plano de actividade definido for cumprido em apenas 25% das acções previstas, estes serviços já têm uma nota correspondente ao cumprimento dos seus objectivos, e por outro lado, se apenas forem levadas a cabo menos de metade das actividades previstas (40%), o objectivo

deste departamento não se considera apenas cumprido com inclusivamente superado, isto é, cumprido com distinção!? Ora, desta forma, está bom de ver, é muito fácil que as avaliações sejam sempre muito positivas, se formos tão modestos quanto isto na fixação dos objectivos. **3 - Divisão de Arquivos (DA)** – O mesmo se diga, ainda quanto às mesmas comemorações, para a Divisão de Arquivos. Diz-se no objectivo 2 que se deve “*garantir o cumprimento das actividades culturais e educativas no âmbito das comemorações do centenário da implantação da República*”, ou seja, qualquer observador médio achará que se forem cumpridas todas as actividades culturais e educativas previstas, o objectivo estará cumprido. Mas não! O objectivo considera-se cumprido se forem realizadas apenas 50% das actividades culturais e educativas projectadas, considerando-se superado, ou seja, cumprido com distinção, se forem cumpridas a totalidade das actividades projectadas. Significa isto que se estes serviços falharem redondamente, cumprindo apenas metade das actividades previstas para umas comemorações que só podem ser realizadas neste ano, terão uma medalha de mérito por cumprimento dos objectivos, o que não se compreende de todo... E se se limitarem a cumprir com aquela que é a sua obrigação, isto é, se levarem a cabo todas as actividades culturais e educativas previstas, então aí a distinção ainda é superior, sendo avaliados com distinção, não apenas por cumprimento como ainda por superação de objectivos. O que é a todos os títulos incompreensível. Refira-se por último que se estranha a circunstância de a Divisão de Relações Públicas e Turismo não ter apresentado Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), sendo esta uma Divisão de extrema importância, particularmente do que respeita à superintendência sobre a área do Turismo, pelo



que se estranha a inexistência de avaliação. Em suma, o voto dos vereadores do PSD será favorável, pelos motivos acima aduzidos, essencialmente por se tratar do primeiro ano sob este sistema de avaliação, o que deve ser entendido como um voto de confiança aos serviços, que não podem ser penalizados pela fixação de objectivos modestos, de fácil atingimento e até ultrapassagem. No entanto, ficam desde já expressos alguns alertas que entendemos devem ser tidos em consideração por forma a que avaliação sirva efectivamente para avaliar, e não apenas para dizer que se avaliou.” -----

PESSOAL – SIADAP 1 – PROPOSTAS PARA ATRIBUIÇÃO DE DESEMPENHO EXCELENTE

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “1 - Nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 11.º conjugado com o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro, poderá ser reconhecido Desempenho excelente a 20% das unidades orgânicas avaliadas, desde que tenham obtido Desempenho bom na avaliação do seu desempenho. 2 - Nos termos do mesmo n.º 2 do artigo 11.º o reconhecimento de Desempenho excelente significa superação global dos objectivos; 3 - Compete à Câmara Municipal atribuir a distinção de Desempenho excelente, nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro. 4 - Assim, submete-se à Câmara Municipal, duas propostas para efeitos de atribuição da distinção de Desempenho Excelente: Sr. Presidente da Câmara – Dr. António Magalhães: Departamento de Projectos e Planeamento Urbanístico (DPPU); Sr. Vereador – Dr. Domingos Bragança Salgado: Departamento de Obras Municipais (DOM).” Os relatórios relativos às duas unidades orgânicas dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR**

MAIORIA. Votou contra o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Na senda do que ficou dito no ponto antecedente, à avaliação como “excelente” tem que corresponder um comportamento de efectiva excelência. Um comportamento que distinga clara e notoriamente os departamentos merecedores de tal distinção, dos demais. Aliás, fôramos nós um país normal, com ética na interpretação dos normativos, e estas questões não deveriam carecer de leis e decretos que explicassem como deve ser feita esta avaliação. A excelência é um índice de qualidade objectiva, inquestionável ou dificilmente rebatível. No entanto, como estamos em Portugal, até para determinação da excelência tem que vir o legislador dizer-nos até onde poderemos ir porque, está bom de ver, se não o fizer, todos os serviços públicos correrão a classificar como excelentes todos os seus serviços a eito, sem critérios e sem obediência à situação de facto. Por isso, poder-se-ia dizer que a Câmara foi até modesta em classificar com o desempenho excelente apenas dois dos seus departamentos. No entanto, fê-lo porque é a própria lei que não permite que seja atribuído a mais de 20% do conjunto das unidades orgânicas a avaliação de excelente, ou seja, tendo a Câmara de Guimarães 10 unidades orgânicas (ou melhor 11 com a Divisão de Relações Públicas e Turismo), atribuiu a excelência a duas, que é curiosamente o máximo que a lei permite. Como se explica que a lei sinta a necessidade de limitar a avaliação como excelente a 20% das unidades orgânicas? Como se justifica isso se porventura outras unidades efectivamente trabalharem no caminho da excelência? Infelizmente, é o próprio legislador que nas leis que cria demonstra a desconfiança que tem daqueles a quem as leis se



dirigem. O que aqui ainda é mais grave, porque estas leis se destinam a serviços da administração pública, aos quais não deveria ser necessário impor limites pois o cumprimento estrito dos objectivos legais, não deveria carecer de um decreto que imponha limites. Aparte estes considerandos, importa procurar perceber o que justifica esta classificação que nos é proposta. Intrinsecamente e face aos demais departamentos. Desde logo, olhando para o Decreto-Regulamentar nº 18/2009 de 04.09, que é aquele que procura limitar a gula dos avaliadores em porem a medalha da excelência em todos os seus serviços, diz-se no seu art. 10º que o relatório de desempenho **deve** ser acompanhado de: a) Apreciação por parte dos utilizadores, isto é dos cidadãos, da qualidade dos serviços prestados [alínea a) do art. 10º]; b) Audição dos trabalhadores na auto-avaliação dos serviços [alínea d) do art. 10º]. Ora, no caso dos dois departamentos cuja avaliação nos propõem seja classificada como excelente, apenas o DPPU incluiu no seu relatório a auto-avaliação dos trabalhadores, sendo que o DOM, não cumpre com este objectivo uma vez que não o fez. Por outro lado, nenhum dos dois departamentos em causa apresenta qualquer documento relativo à apreciação dos seus serviços por parte dos utentes, dos cidadãos. Como se pode então compreender a atribuição de uma classificação de excelência a departamentos que nem tampouco cumprem com o exigido pela lei quanto à informação que deve obrigatoriamente constar do relatório do desempenho da unidade orgânica? Para além disto, o DPPU apresenta-nos o seu quadro de avaliação e responsabilização (QUAR) completamente em branco! Sabemos que não está obrigado a adoptar o modelo QUAR, mas o facto é que o fez, como resulta dos documentos assinados pelo respectivo director, mas fê-lo apresentando um quadro de avaliação de

objectivos totalmente em branco...Isto é, um departamento que se propõe seja avaliado como excelente, apresenta-nos um QUAR completamente em branco no que respeita ao cumprimento dos seus índices e objectivos estratégicos. Como poderemos então, responsavelmente, analisar se foram ou não cumpridos os seus objectivos? Por outro lado, relativamente ao tal normativo que impõe limites na atribuição da classificação de excelência – o art. 12º do Decreto Regulamentar nº 18/2009 – no nº 2 desse normativo é dito que a atribuição de uma tal distinção tem que assentar numa justificação circunstanciada, designadamente por motivos relacionados com: a) *Evolução positiva e significativa dos resultados obtidos pela unidade orgânica em comparação com anos anteriores;* b) *Excelência dos resultados obtidos demonstrada, designadamente, por comparação com os resultados obtidos pelas restantes unidades orgânicas;* c)...Ou seja, para poder ser considerado excelente tem que se apresentar uma (1) evolução significativa em comparação com anos anteriores e (2) excelência em comparação com os restantes departamentos. Ora, no que respeita ao primeiro dos objectivos, não existe avaliação neste sistema em anos anteriores, pelo que não se percebe como se pode cumprir com este objectivo, se não existe um ano anterior para servir de aferição, como manda a lei. Poder-se-á dizer que num primeiro ano, num ano de implantação de um sistema de avaliação, não pode haver nunca comparação com o ano antecedente, o que é verdade. Provavelmente, a lei esqueceu-se que até este expediente poderia ser usado, esquecendo de incluir uma norma que diga que não é permitido a classificação de excelente no primeiro ano... No que respeita ao segundo dos objectivos, nada se diz na proposta quanto à performance destes serviços face às demais unidades orgânicas da Câmara. Nada se



diz e até analisando com algum detalhe se pode verificar que o cumprimento de alguns objectivos no DOM (o único que apresenta o quadro devidamente preenchido) ficam bastante aquém de idênticos objectivos de outras unidades orgânicas, donde se pode concluir facilmente pelo não preenchimento, também deste requisito. Em conclusão, 1. Porque o DPPU não apresenta tampouco o QUAR preenchido para permitir aferir dos seus objectivos e respectivos graus de cumprimento. 2. Porque nenhum dos departamentos em causa cumpre com as exigências legais para poder ter lugar uma distinção de mérito. 3. Porque nenhum dos departamentos em causa apresenta uma evolução significativa face aos anos anteriores, como obriga o art. 12º nº 2 a), o que nem pode por não existir referência de anos anteriores. 4. Porque nenhum dos departamentos em causa justifica e fundamenta o grau de excelência face às demais unidades orgânicas, como obriga o art. 12º nº 2 b). 5. Porque nenhum dos departamentos faz o relatório ser acompanhado da apreciação pelos cidadãos dos respectivos serviços, como obriga o art. 10º a). 6. Porque o DOM não apresenta no seu processo a auto-avaliação dos trabalhadores, como obriga o art. 10º d). Por todos estes motivos, não podemos responsabilmente aprovar, com o nosso voto, o desempenho de excelência sugerido a esta Câmara, por se não demonstrarem minimamente cumpridos os requisitos legais, e por não se encontrarem substantivamente fundamentados os respectivos processos com vista a merecer tal distinção. Os vereadores do PSD optam, contudo, por um voto de abstenção e não por um sentido de voto mais gravoso, como se justificava, precisamente atenta a circunstância de esse sentido de voto poder ser entendido como uma penalização sobre os próprios trabalhadores, que são a principal vítima desta forma de avaliação

casuística e sem critério.” -----

PESSOAL – ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA PROVIMENTO DE CARGO DIRIGENTE – DIVISÃO DE POLÍCIA MUNICIPAL

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Na sequência da informação conjunta apresentada pelo Director do Departamento de Fiscalização, Contencioso e Polícia Municipal e o Agente Graduado Coordenador, que mereceu a concordância do Senhor Vereador Dr. César Machado, relativa à abertura de procedimento concursal para provimento do cargo de Chefe da Divisão de Polícia Municipal e atendendo aos motivos alegados na informação supra referida, cumpre-me informar o seguinte: O posto de trabalho indicado está previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 10 de Dezembro de 2010, como necessidade permanente (Comissão de Serviço); Existe verba orçamental disponível; Face ao exposto, proponho nos termos do disposto no art.º 4º do Decreto-Lei nº 209/2009 de 3 de Setembro, que seja submetida a deliberação da Câmara Municipal a abertura do procedimento concursal para preenchimento do solicitado posto de trabalho.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ASSISTENTES TÉCNICOS

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Foi deliberado pela Câmara Municipal, em sua reunião de 4 de Novembro de 2010, o recrutamento para contratação por tempo indeterminado de cinco postos de trabalho para a carreira e categoria de Assistente Técnico. O procedimento concursal foi publicitado no Diário da República, II série, nº 32, de 15 de Fevereiro de 2011, respeitando na íntegra o disposto no art. 10.º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, tendo o mesmo ficado deserto por não



existirem candidatos que satisfizessem os requisitos exigidos. Também não foi registado no Departamento de Recursos Humanos desta Câmara Municipal qualquer pedido de mobilidade para esta carreira e categoria. Em informação prestada pelo Chefe da Divisão de Sistemas de Informação, datada de 11 de Maio de 2011, que mereceu a concordância do Senhor Vereador Domingos Bragança, foram reportadas necessidades de recrutamento, justificando que os Espaços Internet (Centro Cultural Vila Flor e Gabinete de Imprensa) têm actualmente uma utilização média diária de 300 utilizadores, prestam apoio à comunidade estudantil, bem como à população em geral, nomeadamente em trabalhos de investigação/pesquisa, na entrega de IRS, no acesso à Segurança Social Directa, etc., disponibilizando, deste modo, um serviço aos cidadãos que, sem recrutamento de trabalhadores, não teriam condições de o proporcionar. Os postos de trabalho estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal de 21 de Dezembro de 2009 como necessidades permanentes. Dado que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura de procedimento concursal nos termos do n.º 2 do art. 10.º, para contratação por tempo indeterminado dos referidos postos de trabalho, aberto também a candidatos sem prévia relação jurídica de emprego público. Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA
ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA O DEPARTAMENTO DE**

SERVIÇOS URBANOS E AMBIENTE – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “No âmbito das necessidades na informação prestada pela Chefe da Divisão de Serviços Urbanos, que mereceu a concordância do Senhor Vereador Amadeu Portilha, propõe-se a abertura do procedimento concursal para contratação por tempo indeterminado de dois postos de trabalho da carreira e categoria de assistentes operacionais (cantoneiros de limpeza). Os postos de trabalho indicados nas citadas informações estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 10 de Dezembro de 2010, como necessidades permanentes. A presente proposta fundamenta-se, conforme referido naquela informação, no facto dos trabalhadores que ocupavam estes postos de trabalho terem cessado as suas funções por exoneração, sendo necessário substituí-los nas tarefas que desempenhavam dado tratar-se de trabalhadores das equipas de recolha de resíduos, pois só desse modo se conseguem cumprir os circuitos de recolha existentes. Informa-se que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. Foi deliberado pela Câmara Municipal em sua reunião de 27 de Janeiro de 2011 o recrutamento para contratação por tempo indeterminado de 6 postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional (cantoneiro de limpeza), cujo procedimento concursal foi publicado em Diário da República, 2ª série nº 53 de 16 de Março de 2011, respeitando na íntegra o disposto no art. 9º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, tendo o mesmo ficado deserto por não haver candidatos que



satisfizessem os requisitos exigidos, nomeadamente serem detentores de relação jurídica de emprego público tempo indeterminado. Não foi registado no Departamento de Recursos Humanos desta Câmara Municipal qualquer pedido de mobilidade para estas carreiras e categorias. Ora, considerando que o procedimento concursal referido, aberto recentemente, ficou deserto, resulta demonstrada a impossibilidade de recrutamento de trabalhadores com prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado. Por outro lado, encontra-se constituída reserva de recrutamento neste município, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso publicado em D.R. 2ª série, nº 46, de 8 de Março de 2010, cujas listas unitárias de ordenação final foram homologadas em 7 de Dezembro de 2010. Proponho, assim, nos termos do disposto nº 2 do art.º 10º da Lei nº 12-A/2010 de 30 de Junho, conjugada com o art.º 40º da Portaria nº 83-A/2009 de 22 de Janeiro, o recurso à referida reserva recrutamento uma vez que se encontra válida até 6 de Junho de 2012.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA O DEPARTAMENTO DE ACÇÃO SOCIAL E CULTURAL (DIVISÃO DE EDUCAÇÃO) –

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “No âmbito das necessidades reportadas nos termos da informação prestada pela Chefe da Divisão de Educação, que mereceu a concordância da Senhora Vereadora Dr.ª Francisca Abreu, propõe-se a abertura do procedimento concursal para contratação por tempo indeterminado de 10 postos de trabalho da carreira e categoria de assistentes operacionais, para os diversos estabelecimentos de ensino. Os postos de trabalho indicados nas citadas informações estão previstos no mapa de pessoal aprovado

pela Assembleia Municipal em 10 de Dezembro de 2010, como necessidades permanentes. A presente proposta fundamenta-se no facto dos trabalhadores que ocupavam estes postos de trabalho terem cessados as suas funções por aposentações e exonerações, sendo necessário substituí-los nas tarefas que desempenhavam. A não substituição dos trabalhadores prejudicará o normal funcionamento desses estabelecimentos escolares, pelo que considero o recrutamento de grande interesse público e urgência. Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos de trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. Nos termos do disposto no nº 8 do art.º 10º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho e atendendo a que se encontra constituída reserva de recrutamento neste município, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso publicado em D.R. 2ª série, nº 185, de 4 de Maio de 2009, tendo sido homologada a lista unitária de ordenação final em 9 de Dezembro de 2009, proponho o recurso à referida reserva de recrutamento uma vez que se encontra válida até 8 de Junho de 2011. Mais se informa que existe verba orçamental disponível.”

Foi proposto pelo Vereador José Augusto Araújo que, atendendo a que foi aprovado um processo de aposentação com efeitos a 1 de Junho, seja aprovada a abertura do procedimento concursal para contratação por tempo indeterminado de 11 postos de trabalho da carreira e categoria de assistentes operacionais, para os diversos estabelecimentos de ensino. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----



PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA O DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS

– Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “No âmbito das necessidades reportadas nos termos da informação prestada pelo Chefe da Divisão de Administração Directa, que mereceu a concordância do Senhor Vereador Dr. Domingos Bragança, propõe-se a abertura dos procedimentos concursais para contratação por tempo determinado, na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional (pedreiro), 1 posto de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional (trolha), 1 posto de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional (picheleiro) e 2 postos de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional (cantoneiro de vias municipais). Os postos de trabalho indicados nas citadas informações estão previstos no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidades temporárias. Atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. Foi deliberado em reunião de Câmara de 4 de Março de 2010 o recrutamento de vários postos de trabalho de assistentes operacionais, cujo procedimento concursal foi publicado no Diário da República, 2ª série, nº 86, de 4 de Maio de 2010, tendo ficado os postos supra referidos por preencher. Assim sendo e em virtude da impreterível urgência do recrutamento dos postos de trabalho, sem os quais ficará em causa o regular funcionamento da Divisão

de Administração Directa, proponho a abertura dos solicitados procedimentos concursais, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho; Mais se informa que existe verba orçamental disponível. Mais se propõe, atenta a invocada urgência, que, caso não seja possível a ocupação dos postos por pessoal com prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, nem por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, seja autorizado o recrutamento excepcional previsto no n.º 2 do art. 10.º da Lei n.º 12-A/2010, ou seja, a abertura de procedimento a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída.” -----

PESSOAL – PROCESSO DISCIPLINAR N.º 2/2011 – Presente o Relatório Final respeitante ao Processo Disciplinar instaurado ao trabalhador Hugo Alexandre Maciel dos Remédios, com a categoria profissional de Técnico Superior, aplicando-lhe a pena disciplinar de despedimento por facto imputável ao trabalhador
DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E UNANIMIDADE, APROVAR, APLICANDO A PENA DISCIPLINAR DE DESPEDIMENTO POR FACTO IMPUTÁVEL AO TRABALHADOR.

EDUCAÇÃO – PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LECTIVO 2011/2012 – Presente a seguinte informação dos Serviços de Educação: “Tendo o Conselho Municipal de Educação, em sua reunião de 3 de Maio de 2011, deliberado aprovar a proposta de Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo 2011/2012, conforme extracto da Acta em anexo, propomos que o assunto seja presente a reunião de Câmara para deliberação.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 02.02.10. O Plano de Transportes Escolares



para o ano lectivo 2011/2012 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO ENSINO DE INGLÊS E DE OUTRAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB – ANO LECTIVO 2010/2011

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Educação: "O Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º Ciclo do Ensino Básico criado pelo Despacho n.º 12591/2006, de 16 de Junho, e posteriormente alterado pelo Despacho n.º 14 460/2008, de 26 Maio, visa a promoção de actividades nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, organizadas de acordo com os objectivos definidos no Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas, com o objectivo de permitir a implementação do conceito de escola a tempo inteiro. Com a entrada em vigor do Decreto Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, que estabelece o novo quadro de transferência de atribuições e competências para os Municípios em matéria de educação, foi celebrado, em Setembro de 2008, um Contrato de Execução, que transferiu para o Município de Guimarães a competência de implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do ensino básico, sem prejuízo da responsabilidade que cabe ao Ministério da Educação relativamente à tutela pedagógica, orientações programáticas e definição do perfil de formação e habilitações dos professores. Neste sentido, e a fim de ser preparado o processo para introdução de dados na plataforma do Ministério da Educação, propomos a exemplo do ano lectivo anterior, a celebração de Acordos de Colaboração com os Agrupamentos de

Escolas do concelho e com a Cooperativa Tempo Livre, que desde a implementação do Programa tem vindo a colaborar com a Autarquia na área da Actividade Física e Desportiva. Em anexo as Minutas dos referidos Acordos de Colaboração.” As minutas dos Acordos de Colaboração dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO – Presente, em anexo, a Acta da Comissão de Selecção de Bolsas de Investigação, tomada em reunião de 29 de Abril de 2011, que aprovou por unanimidade o primeiro relatório apresentado pela bolseira Maria Isabel Leitão. A referida acta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

APROVAR POR UNANIMIDADE RATIFICAR A DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO. -----

ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – Presente

a seguinte informação da Divisão de Acção Social: “Por deliberação de 13 de Janeiro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo”. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, Anexo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DOS PROFESSORES – DELEGAÇÃO DE GUIMARÃES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 2 de Maio de 2011, que disponibilizou, à Associação de Solidariedade Social dos Professores – Delegação de Guimarães, o transporte, em autocarro, dos participantes nas comemorações do 30.º aniversário nacional, a realizar nos dias 21 e 22 de Maio, em Guimarães. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ARQUEÓLOGO MÁRIO CARDOSO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 5 de Maio de 2011, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso, o transporte, em autocarro, dos alunos do Pré-escolar da EB1/JI de Igreja/Ponte à Unidade de Vermicompostagem de Riba de Ave, no passado dia 11 de Maio. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS PROFESSOR ABEL SALAZAR – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente, para

ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, de 10 de Maio de 2011, que disponibilizou, ao Agrupamento de Escolas Professor Abel Salazar, o transporte, em autocarro, dos alunos dos Jardins-de-infância de Vermil e Roupeire à Sede do Agrupamento, no dia 18 de Maio. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

TRANSPORTES – AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS D. AFONSO HENRIQUES – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 12 de Maio de 2011, que disponibilizou, ao Agrupamento Vertical de Escolas D. Afonso Henriques, o transporte, em autocarro, dos alunos do jardim-de-infância de Candoso S. Tiago ao Centro Histórico, no dia 19 de Maio.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

TRANSPORTES – ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DE GEOGRAFIA E PLANEAMENTO DA UNIVERSIDADE DO MINHO – CEDÊNCIA DE AUTOCARRO –

Presente a seguinte informação do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente: “A Associação de Estudantes de Geografia e Planeamento da Universidade do Minho solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para o dia 21 de Junho para efectuar o transporte dos participantes no I Simpósio de Pesquisa em geografia, que se irá realizar nos dias 20 e 21 de Junho na Universidade do Minho, em Guimarães. Assim, ao abrigo do disposto na alínea b), do n.º 4, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado e republicado pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, submete-se à aprovação do executivo camarário a cedência do transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo e de trabalho extraordinário aos motoristas oportunamente a designar.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**SUBSÍDIOS – LAR DE SANTO ANTÓNIO – RECTIFICAÇÃO DO**

SUBSÍDIO ATRIBUIDO – Presente a seguinte proposta: “Na reunião da Câmara Municipal de 14 de Abril último foi aprovado um conjunto de apoios a conceder para o ano de 2011 às Instituições de Solidariedade Social, no qual se incluía um subsídio ao Lar de S. António no valor de €30.000,00 (trinta mil euros), de acordo com a candidatura apresentada por aquela instituição. Posteriormente, o Lar de S. António informou a Câmara que, por lapso dos seus serviços, só tinham sido incluídos na candidatura enviada os encargos relativos a três trimestres de 2011 no que respeita ao protocolo de apoio à comunidade prestado pelo Centro Social sito na Rua Donães. Considerando o protocolo existente, proponho que seja rectificado o subsídio atribuído ao Lar de S. António para €35.321,40 (trinta e cinco mil trezentos e vinte e um euros e quarenta cêntimos), sendo, por consequência, atribuído um novo subsídio no montante de €5 321,40 (cinco mil trezentos e vinte e um euros e quarenta cêntimos), de acordo com as disposições constantes do Regulamento de Apoio às Instituições Sociais aplicadas na deliberação anterior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA – ENCONTRO EUROPEU DE MILITANTES

– Presente a seguinte proposta: “A JOC – Juventude Operária Católica, associação de jovens com núcleos de intervenção no nosso Município, vai participar no próximo mês de Julho no REM – Encontro Europeu de Militantes da JOC que terá lugar em Itália. A delegação de Guimarães terá 7 jovens, e solicitou apoio para suportar os custos da sua participação. Considerando o interesse em estimular o associativismo juvenil, a sua internacionalização e o trabalho social da organização, proponho a atribuição de um subsídio de €150,00

(cento e cinquenta euros) à Juventude Operária Católica para apoio à participação dos jovens locais, ao abrigo do disposto no nº 6 do artigo 2º do Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMUNIDADES LOCAIS – FEIRA DA TERRA 2011 –

Presente a seguinte proposta: “A Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais vai realizar na Vila de S. Torcato a 17ª edição da “Feira da Terra”, um evento com elevado sucesso de participação e promoção de produtos locais, relevante para a visibilidade da comunidade rural e sua interacção com a população urbana, tendo solicitado apoio municipal. Considerando que esse apoio é fundamental para a qualidade do certame, proponho que seja concedido o apoio logístico abaixo descrito, ao abrigo do nº 6 do artigo 2º do Regulamento de atribuição de subsídios às entidades culturais, artísticas, recreativas e humanitárias de Guimarães. Esse apoio incluirá: Cedência de material do Departamento de Obras Municipais constante de folha anexa no valor de €3 205,75 (três mil duzentos e cinco euros e setenta e cinco cêntimos). Trabalho a executar por funcionários do mesmo Departamento no seu horário normal de funcionamento, sem recurso a horas extraordinárias, na rede viária, carpintaria, electricidade e transporte em Camião grua, constante da mesma folha anexa, no valor de 3 283,00€ (três mil duzentos e oitenta e três euros). Cedência de Vasos e Grades para decoração e organização. Colocação de Contentores de Lixo; Limpeza do Recinto; Disponibilização de três “outdoors” para



promoção da Feira; Produção de uma lona publicitária e de autocolantes para colocação em quatro autocarros, no valor de €500,00 (quinhentos euros); Edição de material promocional da Feira para distribuição ao público, no valor de €350,00 (trezentos e cinquenta euros). A totalidade dos encargos municipais concedidos será de €7.338,75 (sete mil trezentos e trinta e oito euros e setenta e cinco cêntimos).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SELHO S. JORGE – COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

– Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal, enquanto entidade integrante do Fórum Municipal das Pessoas com Deficiência assumiu, no âmbito das Comemorações do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, a organização de uma Prova de Atletismo em Cadeira de Rodas, que deveria ter ocorrido no passado dia 5 de Dezembro de 2010, na freguesia de Selho S. Jorge. Devido às condições atmosféricas desfavoráveis, a prova não se realizou nesse dia, facto lamentado pelas pessoas que se envolveram na organização, por se tratar de uma oportunidade para a população se defrontar com a problemática da deficiência. No entanto, a Junta de Freguesia de Selho S. Jorge manifestou o desejo de assumir a realização da Prova numa época do ano com tempo mais apazível e associando-a a um outro acontecimento da comunidade que possibilitasse uma maior visibilidade da iniciativa. Solicitou, assim, algum apoio logístico por parte da Câmara para a realização da prova que decorreu no passado dia 15 de Maio, das 10h00 às 11h30, aquando da realização do II Passeio de Bicicleta Caminhada – Movimento pelo Sidónio (membro do Fórum Municipal das Pessoas com Deficiência, recentemente falecido e pessoa muito respeitada por todos), tendo

sido solicitado à Câmara os seguintes apoios: Apoio da Polícia Municipal; Apoio de uma ambulância e respectivos serviços de apoio, no valor de 150,00 (cento e cinquenta euros). Considerando o interesse social desta iniciativa, solicita-se a ratificação destes apoios." Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 02.02.25. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – CLUBE DE CICLOTURISMO E RODA LIVRE DE CALVOS – 3º PASSEIO DE CICLOTURISMO E RODA LIVRE DE CALVOS – Presente a seguinte proposta: "O Clube de Cicloturismo de Calvos organiza, no próximo dia 21 de Maio, o 3º Passeio de Cicloturismo e Roda livre, para o qual solicitou apoio municipal na atribuição dos troféus aos vencedores das provas. Considerando o interesse da prova numa pequena freguesia com reduzida prática desportiva, a exemplo dos anos anteriores, proponho a atribuição de três troféus, pertencentes ao espólio municipal, ao abrigo do disposto no nº 3 do artigo 7º do Regulamento de atribuição de apoios às Associações Desportivas de Guimarães." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE AZURÉM – ROMARIA DE NOSSA SENHORA DA MADRE DE DEUS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Irmandade de Nossa Senhora da Madre-de-Deus, freguesia de Azurém, solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Romaria de Nossa Senhora da Madre de Deus, realizada entre os passados dias 6 e 8 de Maio. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Azurém, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €29,33 (vinte e nove euros e trinta e



três cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE BARCO – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um ofício da Comissão de Festas de Nossa Senhora dos Remédios, freguesia de Barco, solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora dos Remédios, realizada entre os passados dias 4 e 8 de Maio. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Barco, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €84,70 (oitenta e quatro euros e setenta cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SILVARES – FESTA EM HONRA DE SANTA APOLÓNIA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS

– Presente um pedido da Comissão de Festas de Santa Apolónia, freguesia de Silvares, solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Santa Apolónia, realizada nos passados dias 24 e 25 de Abril. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Silvares, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €37,77 (trinta e sete euros e setenta e sete cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE GOMINHÃES –
FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO BOM DESPACHO**

– ILUMINAÇÕES PÚBLICAS – Presente um ofício da Irmandade de Nossa Senhora do bom Despacho, freguesia de Gominhães, solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora do Bom Despacho, realizada entre os passados dias 29 de Abril e 1 de Maio. Propõe-se a atribuição de um subsídio, à Junta de Freguesia de Gominhães, correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €33,60 (trinta e três euros e sessenta cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA - DELIBERADO APROVAR
POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE
APROVAR A ACTA EM MINUTA.** -----

**PELAS ONZE HORAS E CINQUENTA E CINCO MINUTOS O
PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A
REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A
PRESENTE ACTA.** -----